



Relatório 2

Relatório 2 sobre a
pesquisa de campo e
documental, realizada na
primeira etapa
(Levantamento Preliminar)
do INRC da Região do Café
(Muqui e Mimoso do Sul)

INTERESSADO
IPHAN - ES

Campinas
Setembro de 2013





Equipe DEMACAMP

Mestre em Antropologia Social	Sylvio Fleming Batalha da Silveira
Cientista Social	Diovani Favoreto
Cientista Social	Luís Henrique Rodrigues





ÍNDICE

Relatório 2

Muqui e Mimoso do Sul, ES

	APRESENTAÇÃO	4
1.	BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	5
2.	VIAGEM DO CARNAVAL - 2013	11
3.	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	18
4.	A VIAGEM PARA SANTO ANTONIO DE MUQUI (27, 28 E 29 DE ABRIL)	20
5.	DELIMITANDO O UNIVERSO DA PESQUISA	41
6.	PROBLEMATIZANDO A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DO CAFÉ	42
7.	ANOTAÇÕES INICIAIS SOBRE OS PROBLEMAS DA PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	46
	BIBLIOGRAFIA CITADA	48





APRESENTAÇÃO

Abaixo apresentamos relatório analítico sobre a primeira etapa do INRC da Região do Café do Estado do Espírito Santo (Municípios de Muqui e Mimoso do Sul), onde buscamos cumprir com todos os itens requisitados no Projeto Básico:

Relatório analítico do processo de pesquisa contemplando análise da documentação existente acerca do objeto de pesquisa, considerando a maior amplitude possível do universo de conhecimento produzido sobre o assunto; análise circunstanciada do campo de pesquisa, de modo a subsidiar a seleção dos bens culturais a serem identificados e fundamentar demais recortes ao objeto procedidos durante a pesquisa; mapeamento preliminar de referências culturais e informantes, conforme a metodologia do INRC (IPHAN, 2012, 27).

5.10. Apresentação de relatório final de trabalho, de natureza analítica, enfocando todo o processo de pesquisa, como referenciais teóricos e conceituais aplicados, critérios de escolhas e definições de universos culturais e bem culturais inventariados; análise crítica do instrumento do INRC, além de relato dos problemas e dificuldades encontrados; e demais informações que se façam necessárias para esclarecer e informar sobre as condições de realização do INRC (IPHAN, 2012, 26).

Iniciamos abordando os referenciais teóricos e conceituais que orientaram o trabalho de pesquisa, de modo a explicitar as ferramentas de trabalho utilizadas nas descrições e análises que são feitas no decorrer do relatório. Em seguida passamos a relatar as atividades realizadas, ou seja, a observação em campo e a pesquisa bibliográfica. Nessa parte do trabalho foram realizadas ao todo três viagens a campo, mas a primeira (feita em Janeiro de 2013) já foi descrita no relatório anterior. Restaram, então por descrever a viagem do Carnaval 2013, e a viagem do mês de abril, amplamente documentadas com fotos.

Entre uma viagem e outra foi feita boa parte da pesquisa bibliográfica, também relatada. Após essa descrição, apresentamos os resultados dessas atividades nos itens sobre os limites do universo inventariado e sobre a caracterização desse universo cultural e das identidades coletivas nele identificadas.





I. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

LIMA FILHO(2007) divide em duas grandes narrativas a política de patrimônio cultural nacional, ambas alimentadas por uma “retórica da perda” (GONCALVES, 2003): na primeira, que vigiu da década de 1940 até 1980, a concepção que orientou as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN foi a de resgate das testemunhas materiais e monumentais “da longa trajetória da civilização ocidental” (LIMA FILHO, 2007). Essa concepção histórica e arquitetônica de patrimônio contrastaria, segundo o autor, com a visão que irá predominar a partir dos anos 1990 em que a retórica da perda trata de resgatar os inúmeros “outros” do mundo civilizado, ““outros” que expressavam culturas exóticas que teriam sobrevivido a diversas fases do capitalismo mas que, com a globalização, estariam irremediavelmente fadados à dissolução” (2007, 34). O interessante da forma com que autor vê esses dois momentos, de resto também distinguidos por outros autores (LONDRES, 2000; GONCALVES, 2003), foi o não distingui-los na forma mais conhecida “patrimônio material VS imaterial”, mas por ter enfatizado no segundo a abordagem e problemáticas da antropologia. Interessa observar também que o surgimento da segunda visão não significa o desaparecimento completo da primeira, mas a coexistência das duas e um certo encompassamento teórico da segunda sobre a primeira.

A partir dos anos 1980 e 1990 a discussão e a prática da patrimonialização no Brasil (e no mundo – vide as definições na UNESCO) passam a se fundamentar no conceito antropológico de cultura. Dentre todas as disciplinas das ciências humanas, a antropologia seria aquela que melhor teria desenvolvido instrumental teórico metodológico para dar conta desse novo universo de bens culturais, tal seja o das sociedades, grupos, comunidades, práticas culturais, saberes, rituais que de alguma forma continuaram a existir e se reproduzir com lógicas distintas da lógica instrumental e econômica que alimenta a maior parte da reprodução social nas sociedades modernas. Num mundo que estaria correndo o risco de se homogeneizar através dos processos de globalização, as políticas patrimoniais teriam a função justamente de salvaguardar essas diferenças culturais, inclusive no âmbito nacional.

Sendo assim podemos dizer que as ações de patrimonialização definem-se como uma reação no plano cultural a processos que seriam característicos do mundo moderno (pós-moderno, modernidade tardia, etc). Neste sentido, outra característica da patrimonialização é a busca da





preservação da memória, vista como em constante risco dada a velocidade das transformações na sociedade moderna e ao valor positivo dado ao que é “novo” no mundo das mercadorias.

Podemos dizer, então, que esse sentimento de perda (“retórica da perda”, GONÇALVES), seja de seu próprio passado, seja da diferença cultural, é a base motivadora das ações patrimonializadoras numa sociedade. Ele servirá como guia na escolha dos objetos da cultura que deverão ser transformados em patrimônio e, assim, salvaguardados.

Para poder estudar essas sociedades, comunidades, grupos, rituais, objetos, saberes que resistiram aos processos homogeneizadores do capitalismo e da globalização, os agentes da patrimonialização tem lançado mão dos conceitos antropológicos de cultura e identidade, assim como formulado novos conceitos como o de bem cultural, bem patrimonial e referencial cultural.

No caso do conceito de cultura, veremos que ele tem uma dupla característica, por vezes contraditória, mas que tem sido fundamental na atual concepção de patrimônio cultural: ao mesmo tempo que fala de identidades coletivas, da sua coesão, fala também da sua fragmentação e dos conflitos internos a elas.

No Guia do Patrimonio Cultural desenvolvido pelo CONDEPACC – Campinas/SP, a noção de cultura e de bens culturais, que fundamentam as ações patrimonializadoras, são bastante amplas e genéricas. Segundo este texto, os seres humanos vivem num mundo criado por eles mesmos, um mundo artificial que se opõe a um mundo natural, com os seus objetos, “máquinas, ferramentas, obras de arte”, e “desenvolvem técnicas, culinárias, músicas, danças, saberes e modos de ver o mundo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2007, 04). Acrescenta-se a isso, a idéia de que as características desses bens culturais que permitem a vida humana existir e se reproduzir, “variam de acordo com cada povo e cada cultura”.

LONDRES (2000), no Manual do INRC, utiliza-se do conceito de “referencia cultural”, inspirando-se num autor que, apesar de linguista, foi muito influente na teoria antropológica: JAKOBSON (*apud* LONDRES, 2000, 13) . Segundo ela, o conceito de referencia desenvolvido pelo linguista supera a noção ingênua moderna “de que a mente humana se caracteriza por “espelhar”, por





“refletir” o mundo, o que redundaria em conceber o conhecimento como a representação correta da realidade”. Diferentemente disso, para ele “o referencial da comunicação humana e, portanto, da linguagem (cultura) e de sua vida em sociedade, não é esse mundo objetificado que estaria lá fora, mas o compartilhamento de “códigos lingüísticos e contextos referenciais” LONDRES (2000, 13).

A univocidade e a clareza da afirmação “hoje é dia 11 de fevereiro”, esclarece LONDRES, “não derivam, para Jakobson, de uma relação entre palavra e realidade externa, e sim do domínio, pelos interlocutores, dos mesmos códigos lingüísticos e das mesmas convenções e significações cristalizadas. Por exemplo, se a mesma informação fosse formulada em russo, ou se a mesma idéia – falar do tempo presente – fosse transmitida com base em outro calendário, possivelmente não se realizaria a comunicação, pelo menos para o mesmo auditório” (LONDRES, 2000, 13).

Esta idéia de referencia cultural ou de cultura como um conjunto de convenções e significações cristalizadas possibilita a comunicação e também, “simbolicamente, a coesão entre diferentes sujeitos” (LONDRES, 2000, 13). Quando fala dessa coesão, a autora está falando das identidades coletivas, entre elas a de nação.

Segundo ARANTES (2000) a idéia de referencia tem dois sentidos importantes: ela faz alusão a (alguma coisa), e é também um parâmetro. Ou seja, ela é um signo de uma determinada identidade (o chimarrão, remetendo ao ser gaúcho, o samba ao ser brasileiro, etc.), ou também pode ser um parâmetro em relação ao qual outras manifestações se espelham (a música sertaneja em relação à caipira, por exemplo).

Para este autor, as referencias culturais são os bens culturais que tem um sentido diferenciado:

São as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. (ARANTES, 2000, 28)

Sendo assim, um bem cultural passa a ser patrimônio, ou melhor, a ter um “sentido patrimonial” quando, através de um processo de construção de sentidos e sobre-significações passa a integrar um “repertório diferenciado de instâncias com que se constroem as fronteiras simbólicas e com que se





configuram as imagens de si e de outrem” (ARANTES, 2000, 29).

Ao participarem da construção de identidades, as referencias culturais, ou os bens patrimoniais, constroem também tradições e territórios.

Escrevendo o manual para a realização do inventário de bens patrimoniais (INRC), ARANTES pergunta-se como identificar esses bens, principalmente no caso daqueles que são “imateriais” ou “intangíveis”? O problema se coloca, pois para o autor um inventário de cultura apresenta a particularidade de incluir “além de objetos fisicamente discerníveis, realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais” (ARANTES, 2000, 29). Além de serem intangíveis ou imateriais, esses valores e significações “muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais”.

Para responder a essa questão, o autor, tal como LONDRES, irá recorrer ao método da lingüística que, no seu caso, garante o entendimento dos sistemas abstratos de fonemas, as regras de sintaxe, as significações, tomando os objetos materiais que tem uma natureza acústica ou de escrita. No caso da cultura, ocorreria caso análogo, “tendo em vista que as práticas humanas inscrevem de várias formas seus significados em objetos palpáveis”. Apesar de falar de significados e valores, o autor sugere que os bens culturais a ser inventariados não sejam entendidos como entidades culturais abstratas, mas instituições – como um mutirão, uma festa, uma dança – “sobre as quais se pode conversar, que se pode presenciar, que se sabe o quanto dura, que se sabe como pôr em ação, etc”,.

Há no autor a preocupação em que não se entenda esses bens culturais inventariados como “configurações fixas e cristalizadas” que atravessariam o tempo. Propondo essa metodologia que se aproxima do concreto o autor quer evitar qualquer substancialização de identidades, pois essas referencias culturais concretas são produtos históricos, dinâmicos e mutáveis. Esse é o sentido da definição do autor para bens culturais: “são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social”.

Se nas definições acima ressaltou-se o papel de coesão da cultura, isso não quer dizer que estes mesmos autores estejam ignorando as diferenças e até contradições que ela abriga:

A cultura de um povo é algo vivo marcado pelas relações sociais e em constante mutação. Manifesta-se





sob diferentes aspectos, simbólicos e materiais, e revela a essência de uma sociedade: suas características, contradições e valores. Faz-se no dia-a-dia. Consolida-se e transforma-se ao longo do tempo e das gerações. A herança que fica constitui seu patrimônio cultural(PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2007, 04).

ARANTES (2000) aborda esse problema da heterogeneidade cultural internamente às sociedades, inserindo também a dimensão territorial. Segundo ele, os diversos sentidos das práticas humanas “não correspondem necessariamente aos limites físicos de um território ou de um grupo social: a um determinado território não corresponde necessariamente uma sociedade e uma só cultura” (ARANTES 2000, 28).

LONDRES (2000) usa o conceito de referenciais culturais para ressaltar as diferentes coletividades, grupos, conjunto de sujeitos onde cada qual teria suas distintas interpretações, onde entidades coletivas como a nação seriam também um campo de possíveis divergências, conflitos e confrontos. Aqui coloca-se o conceito de hegemonia (GRAMSCI, 1978), onde uma classe social ou elite dominante erige determinados elementos culturais, ou interpretação da identidade e consegue oficializá-la, tal como teria ocorrido na política nacional de patrimônio histórico - arquitetônica e monumentalista - vigente até os anos 1970.

Diferentemente disto, segundo quer ressaltar LONDRES, a atual concepção de patrimônio embasada na idéia de referencia quer justamente mostrar a pluralidade de atores envolvidos nos processos de patrimonialização:

Nesse contexto, tanto a autoridade do saber (dos intelectuais) quanto do poder (o Estado e a sociedade, através de suas formas de representação política) têm participação fundamental no processo de seleção do que deve ser preservado, mas não constituem poderes decisórios exclusivos. Podemos dizer que, a partir dos anos setenta, o eixo do problema da preservação se deslocou de uma esfera eminentemente técnica para um campo em que a negociação política tem reconhecido o seu papel.(LONDRES, 2000, 15).

Exemplo paradigmático dessa disputa pelo estabelecimento do que é o patrimonio cultural no âmbito da nação brasileira foi a experiencia do tombamento de terreiros de Candomblé em Salvador, realizada nos anos 1980 e 1990.

ARANTES situa a discussão sobre a heterogeneidade dentro da homogeneidade cultural numa





preocupação mais prática de delimitar o universo do inventário. Assim segundo ele, se a delimitação do universo a ser inventariado deverá considerar a sua existência enquanto um sistema, por outro lado, não poderá ignorar que ele inclui segmentações sociais e culturais: “estaríamos falando das referências compartilhadas pela maioria da população, por todos os estratos sociais, por uma etnia, categoria etária, racial” ? As formas, segmentos e tipos de identidades que nele se incluem, assim como a forma como se relacionam entre si (“com graus variados de permeabilidade”) deverão ser considerados pelo pesquisador para a decisão da delimitação do universo a ser estudado (ARANTES, 2000, 32) .

Para além dessa disputa no campo das identidades coletivas mais abrangentes (nacional, étnica, etc.), o conceito de referência cultural é fundamental na produção do conhecimento sobre o bem cultural a ser identificado. Mais uma vez aqui é acionado um princípio fundamental da metodologia antropológica de pesquisa: a busca pelo ponto de vista do outro (MALLINOWSKI, 1976).

Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de “referência cultural” – tal como foi entendida neste texto – significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais (LONDRES, 2000, 19).

GONÇALVES (2004), ao estudar as festas do divino espírito santo no Brasil e em outros lugares, mostra as especificidades do universo cultural dos devotos em relação ao dos padres e ao dos intelectuais envolvidos com os problemas da identidade açoriana. O autor contrapõe a visão dos devotos a dos outros dois agentes: para os primeiros os bens culturais que compõem a festa (a coroa, a bandeira, as comidas, os objetos) “são, de certo modo, manifestações do próprio espírito santo”, enquanto que para os outros dois ou são símbolos (“no sentido de que são matéria e não se confundem com o espírito”), no caso do padre, ou então seriam, no caso dos intelectuais, “representações materiais de uma “identidade” e de uma “memória” étnicas”.

Para entender os sentidos específicos dados pelos devotos aos bens culturais que envolvem as festas do divino, GONÇALVES (2004) recorre ao conceito de fato social total (MAUSS, 1979) na medida em que a celebração “envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas, moralidade, etc” (GONÇALVES, 2004, 3).





2. VIAGEM DO CARNAVAL – 2013

Ainda que a observação direta, no momento de seu acontecimento, do bem cultural a ser documentado, não seja exigência metodológica para as duas primeiras etapas do inventário (1-Levantamento Preliminar; 2-Identificação), segundo consta no Manual do INRC (2000) , como antropólogos não pudemos deixar passar a oportunidade de observar diretamente a versão 2013 do “Carnaval Folclórico do Boi Pintadinho”, de Muqui. Segundo as orientações do manual, a observação direta é atividade da terceira etapa do trabalho, que consiste nos “estudos técnicos de natureza eminentemente etnográfica ou de obras artísticas (desenho, fotografia, vídeo, etc.)” (Minc/IPHAN/GOVERNO FEDERAL, 2000: 43). Considerando que todas as três etapas constam do nosso contrato, vimos na ocasião do Carnaval de fevereiro de 2013, uma oportunidade de já fazer uma breve observação direta, assim como realizar registros em vídeo que servirão posteriormente para a edição do documentário. Por outro lado, a realização de uma segunda viagem à região de Muqui e Mimoso do Sul , ainda que por curto período, serviu também como forma de aprimorar o conhecimento do município de Muqui, sua população e de alguns outros bens culturais, como por exemplo a Fazenda Santa Rita, onde nos hospedamos.

Sendo assim, partimos no dia 10 de fevereiro de 2013, domingo de Carnaval, para Muqui, de modo que chegássemos na sede urbana do município a tempo de poder ver e registrar as apresentações dos diversos grupos de bois, que ocorrem todas as quatro noites de Carnaval. Fomos no domingo com planejamento de retorno na manhã do dia seguinte, realizando assim apenas uma breve estadia, considerando que não poderíamos, nesse momento, investir nem muito tempo nem muitos recursos numa atividade que, no cronograma físico-financeiro do projeto, estava prevista apenas para a sua terceira etapa. A equipe foi composta pelo coordenador, por um dos cientistas sociais e por dois técnicos de audiovisual, que fariam registros para o futuro documentário. Através de consulta prévia com Pedro Mateine, Secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do município de Muqui, soubemos que o domingo de Carnaval era um dia bom para se fazer observação e registro do boi pintadinho. Ou seja, não corríamos o risco de ser um dia “fraco”, seja para o Carnaval, seja de apresentações do boi.

Para hospedagem procuramos inicialmente fazer reservas no Hotel Nunes, que já conhecíamos





da viagem anterior. Entretanto, o evento carnavalesco alterou a rotina de uma certa facilidade de vagas no hotel, assim como aumentou um pouco o preço das diárias. Considerando isso, e também a oportunidade de conhecer a recomendada (pelos muquienses e também pelos mimosenses,) Fazenda Santa Rita, fizemos reservas na pousada que funciona na sede central daquele estabelecimento. As diárias não saíram barato (R\$ 150,00, por quarto), mas a possibilidade de instalarmos três integrantes da equipe em um só dos dois quartos que utilizamos, amenizou o peso no orçamento. Se considerarmos que a hospedagem ocorreu no período de Carnaval, o preço não pode ser considerado muito alto.

Assim, fizemos contato com a atual dona da fazenda e administradora da pousada, Dona Nélia Monteiro Lobato Galvão de São Martinho, descendente da família de fazendeiros cafeicultores instalada nessa edificação desde o início do século XX, a quem demos uma explicação inicial dos motivos da nossa viagem.

O tempo que teríamos para usufruir das instalações da fazenda não era muito longo, pois chegamos no final da tarde do domingo e o desfile dos bois pintadinhos estava marcado para iniciar às 19:00 hs, de acordo com a informação do Secretário de Cultura de Muqui, Sr. Pedro Mateine; este, aliás, sempre muito disposto a colaborar com o trabalho, fornecendo informações e apresentando várias pessoas envolvidas com o carnaval da cidade.

Mesmo sendo exíguo o tempo que passaríamos nos aposentos da fazenda, já que sairíamos bem cedo no dia seguinte, tivemos ali algumas experiências que marcaram nosso trabalho de campo. Logo na chegada, conhecemos, através da nossa anfitriã, o vereador Filipe Rodrigues Morgado (PSDB), do município de Muqui, acompanhado de um historiador e sua esposa, ambos hospedados na pousada, com quem também conversamos sobre os objetivos da nossa estadia. O ambiente e a estrutura de serviços da pousada favorecem a conversa entre os hóspedes, principalmente quando estes se reúnem numa grande mesa onde é servido o lanche da tarde, com inúmeros produtos culinários feitos na própria fazenda, como geléias, queijos e pães diversos. Na mesa, conversamos com uma antropóloga que, sabendo do nosso trabalho, motivou-se a definir a Fazenda Santa Rita como um “grande sistema social”, uma unidade de vida social e cultural da região, forjada no período remoto da escravidão e do café. Aos poucos íamos percebendo características de alguns dos hóspedes e freqüentadores do lugar: intelectuais, pesquisadores, pessoas com formação universitária na área de Humanas... Exemplo desse perfil foi





também o hóspede que conhecemos no dia seguinte, logo que acordamos: o Sr. Fernando Pignaton. Este, ao saber dos nossos objetivos naquela viagem, surpreendeu-nos com irado discurso contra o IPHAN que, segundo ele, teria uma atuação irrisória na preservação do patrimônio cultural no Estado do Espírito Santo, além de ter muito pouco conhecimento aprofundado sobre esse assunto. A nossa reação foi principalmente de ouvir, considerando tal atitude como constitutiva da problemática de nosso trabalho, além de convidar o conhecido folclorista para, em momento adequado (em reunião a ser convocada), participar também do trabalho.

Ainda no domingo, antes de irmos para o Carnaval, Dona Nélia contou-nos que é artista plástica, mostrando-nos o espaço de seu estúdio e alguns de seus quadros. Contou-nos também um pouco da história da sua família, cujas fotos dos ancestrais estão penduradas nas paredes da sala, dando-nos um pequeno livreto, publicado provavelmente em 2012, ilustrado com fotos da fazenda, onde a poetisa Kátia Bobbio relata em versos um resumo dessa história. Na ficha técnica do livreto vê-se o apoio da Secretaria de Estado da Cultura.

Ainda no dia de nossa chegada, domingo, seguimos, pouco antes do anoitecer, para observar e registrar o Carnaval Folclórico do Boi Pintadinho, não sem antes desfrutarmos de um delicioso banho de cachoeira, localizada dentro da propriedade justo ao lado da sede da fazenda. Rumamos então para a área urbana de Muqui, distante uns 5 km da fazenda, por uma estrada asfaltada em boas condições de uso.

Chegamos no centro da cidade, na Rua Vieira Machado, ao entardecer, onde pudemos observar duas alegorias de bois marcando o início da decoração de carnaval do trecho da rua que recebe o nome de “Corredor da Boiada”. Achei estranho que houvesse naquela hora próxima do início do desfile tão poucas pessoas na rua. Aos poucos, entretanto, fomos visualizando algumas pessoas, inclusive o Sr Pedro Mateine, que passou a nos dar algumas explicações sobre o evento naquele ano, em que o sentido do desfile dos bois havia sido por ele invertido, como estratégia para melhor distribuir a ocupação do espaço. No decorrer da noite, o Sr Mateine nos apresentaria algumas personalidades importantes do Carnaval de Muqui.

Nossa equipe incluía, além de mim, um profissional de vídeo e foto, seu assistente, e outro cientista social, também com bom domínio de fotografia. Fizemos, então, uma breve reunião para





discutir um pouco as estratégias do nosso trabalho de registro e observação do evento. A orientação básica era registrar o desfile dos diferentes grupos de boi, dando destaque para a figura do boi, os personagens que o acompanhavam, os músicos e os brincantes fantasiados. Além disso, interessava captar imagens que mostrassem o envolvimento e a reação do público em geral para com os bois. Nessa viagem não faríamos entrevistas e nem o seu registro pois mal havíamos começado a pesquisa documental, sendo que as entrevistas seriam realizadas na segunda etapa da pesquisa. No decorrer do desfile, com toda a sua movimentação e volume de sons, como veremos, não é um bom momento para realizar e captar imagem e som de entrevistas prolongadas.

A sensação inicial da festa, com pouca gente presente, e nenhuma animação visível, foi a de que a viagem não teria valido a pena, que não veríamos nada de realmente interessante que diferenciase o carnaval de Muqui dos demais carnavais de pequenas cidades do interior do Brasil. Entretanto, logo que iniciaram os grupos de bois a desfilar um atrás do outro, com pequenos intervalos entre si, pudemos observar porque essa festa tem a sua fama. Na maioria das cidades pequenas no Sudeste brasileiro, o Carnaval oficial organizado pelas prefeituras constitui-se em boa parte de desfile de blocos e algumas poucas escolas de samba, numa configuração cultural altamente influenciada pelos meios de comunicação de massa, que trazem os padrões das grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro (e Salvador), para esses recantos. No caso de Muqui, a manifestação do boi pintadinho, na forma de desfile na avenida, apesar de visivelmente ter sofrido influência dessas tendências nacionais, soube, entretanto, preservar uma manifestação característica e tradicional do lugar e região, inserindo-a no contexto da festa carnavalesca, com um resultado impressionante de envolvimento e animação do público local, regional e estadual.

Após o desfile de um boi de crianças, no início da noite, seguiu-se uma sucessão de grupos de boi (mais ou menos uns 10) constituído de pessoas de várias faixas etárias (adultos, jovens, crianças) desfilar na rua Vieira Machado e Avenida Getúlio Vargas. Basicamente os grupos de boi consistiam de uma figura de boi acompanhado das figuras de mulinhas, e seguidos de uma bateria semelhante a de um bloco de carnaval ou escola de samba. Em geral são pessoas de classes sociais distintas, mas com predomínio das populares, que integram esses grupos, com exceção de um dos bois, que na verdade é a Vaca Mocha, onde visivelmente predominam membros das elites econômicas e políticas e da classe





média. Somente neste último grupo há uma banda com instrumentos de sopro, distinguindo-se, inclusive, dos demais bois, por tocar marchinhas de carnaval. Em todos os outros não há música específica sendo executado, mas somente o ritmo da bateria.

Para quem gosta de carnaval (como nós da equipe) chamou a atenção o fato de não haver cordas separando os grupos desfilantes do público em geral, de modo que podíamos não só observar o desfile mas integrá-lo. Álias, essa nos pareceu ser uma das características lúdicas mais interessantes dessa celebração: a interação total dos bois (as estruturas com corpo e cabeça, sustentadas por uma pessoa, representando um boi) com o público, principalmente o infantil e juvenil (mas não somente). Grupos de crianças postam-se diante do boi provocando-o, ao que ele responde arremetendo-se contra elas, que desvolutas fogem correndo para evitar seus chifres poderosos. Durante o desfile, sob o som da bateria e os gritos do público, a figura do boi, cujas dimensões se assemelham a de um boi real – e até maior! –, realiza uma série de movimentos, cujo mais característico é o levantar de uma de suas extremidades – ou a cabeça ou o traseiro – associada a um giro ininterrupto e brusco, indo em direção às pessoas. Tais movimentos criam uma atmosfera de excitação na avenida, que é renovada a cada boi que se apresenta, cada qual com uma aparência e desenvoltura próprias, umas mais ameaçadoras do que outras.

Nosso objetivo nessa viagem, além de registrar em audiovisual o desfile dos grupos de boi pintadinho, era observar e registrar o carnaval de Muqui enquanto uma celebração. Não observamos a preparação da festa, os ensaios dos grupos nos bairros, o que faremos em nova oportunidade, sendo que apenas limitamo-nos, nesse momento, a observar e a fazer os registros, na noite de domingo, do desfile dos bois na avenida. Iniciamos os trabalhos por volta das 19:00 hs e terminamos com o último boi a desfilar por volta das 3:00 hs da manhã. O público, composto de pessoas de todas as idades (dos 2 aos 90 anos) acomodou-se na extensão de toda a avenida, começando na frente do Hotel Nunes (próximo à antiga estação ferroviária) até a quadra do restaurante Fauto's (em seguida ao Largo Municipal), onde terminava o Corredor da Boiada, e onde os grupos se dispersavam.

Por toda a extensão do desfile, no lado direito da avenida, há um desnível (entre a rua principal e a linha do trem) onde dois grandes degraus servem de arquibancada, acomodando três ou quatro fileiras de público na extensão de todo o percurso. Do lado esquerdo, há uma calçada onde as pessoas assistem de pé e por vezes acomodadas em cadeiras, na frente de suas casas, ou em mesas de bares e





restaurantes. As faixas etárias são diversas, inexistindo grupos etários homogêneos, como de jovens do sexo masculino com postura muitas vezes agressiva, tal como acontece em carnavais de ruas em cidades maiores. Isto não quer dizer que a violência seja inexistente, tanto que soubemos de relato sobre briga ou assassinato (a verificar) em ano anterior (2009 ou 2010) que, segundo o mesmo relatante, teria ocasionado um esvaziamento nos carnavais seguintes. Nesse ano e dia de nossa observação, registramos a ocorrência de uma briga, com desenlace interessante, pois assim que um dos policiais prendeu um (ou mais, não sabemos) dos que haviam brigado, recebeu aplausos da público quando passou pela avenida.

Parte das pessoas que ali estão usam fantasias carnavalescas, algumas relacionadas aos seus respectivos grupos de bois, onde cada qual tem seu abadá. Mas vimos também pelo menos um caso de um trio (dois homens e uma mulher) usando belas fantasias de mexicanos, o que relembra os carnavais antigos, seja de clube seja de rua.

O grupo denominado Vaca Mocha merece um destaque, tanto pelo caráter atualizador e criativo de sua proposta, feita a partir da referência do boi, quanto pelo fato de seus integrantes pertencerem às elites econômicas e políticas do município e à classe média. Não entrevistamos nenhum dos participantes, na sua maioria mulheres, mas é visível uma identidade de gênero no grupo, evidenciada também pelo fato da cor preponderante dos adereços e fantasias: o rosa choque. Do nosso ponto de vista, este grupo evidencia o quanto o carnaval do boi pintadinho está vivo na mente dos indivíduos em Muqui, sendo que no caso a tradição passa por uma releitura que a atualiza em relação às tendências ideológicas e de valores que se consolidam no cenário cultural global nas últimas décadas do século XX. Considerando isso, não será possível entender o boi pintadinho assim como o carnaval que o celebra sem entrevistar os fundadores desse grupo, feito a partir de um diálogo cultural com os significados mais tradicionais da manifestação.





Foto 1: Carnaval Folclórico de Muqui, 2013. Público acomodado nas “arquibancadas” da Avenida Vieira Machado. Foto Breno Silva.



Foto 2: Carnaval Folclórico de Muqui, 2013. Estrutura do boi com desenho de São Jorge. Foto Breno Silva



Foto 3: Carnaval Folclórico de Muqui, 2013. Presença de crianças. Foto Breno Silva.



Foto 4: Carnaval Folclórico de Muqui, 2013. Folhões fantasiados. Foto Breno Silva.





3. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA¹

A bibliografia pesquisada incluiu historiadores clássicos do estado do Espírito Santo como OLIVEIRA (2008), MEDINA (1961) e NOVAES (1977), assim como textos históricos temáticos sobre questões demográficas e étnicas (SALETTTO, 2000), sobre ferrovias e estradas carroçáveis (QUINTÃO, 2008), e sobre a imigração italiana no estado (DERENZI, 1974; BUSATTO, 2002 e outros). Incluiu também alguns historiadores nativos municipais como RAMBALDUCCI (1991) e PRINCISVAL (2012), revelados no trabalho em campo – para Muqui –, e MEDINA (1961) para o caso do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana (Mimoso do Sul). Os resultados dessa pesquisa aparecem no item 5.0 Formação Histórica, na ficha 10 Sítio, deste INRC.

Outra bibliografia pesquisada ainda nesse período anterior a nossa terceira viagem inclui estudos analíticos e descritivos sobre manifestações culturais existentes no Sul do Espírito Santo, particularmente em Muqui e Mimoso do Sul. Esses trabalhos podem ser divididos em dois grandes grupos: de um lado os acadêmicos antropológicos; de outro os dos folcloristas. Entre os estudos antropológicos encontramos teses de mestrado e doutorado sobre a Folia de Reis (BITTER, 2008; CHAVES, 2009; BONADIMAN, 2010). Essas teses são estudos de grupos específicos de Folia de Reis, um deles em Minas Gerais, outro no Rio de Janeiro (na cidade) e por fim, o estudo de BONADIMAN (2010), cujo objeto de observação são dois ou três grupos de folia dos municípios de Muqui e Cachoeiro do Itapemirim. Em relação ao Boi Pintadinho especificamente não encontramos estudo antropológico, sendo que a pesquisa deverá ampliar seu escopo para o “complexo cultural do boi” (VIANNA, 2004 *apud* ABA, 2007, 37) que comporta diversas manifestações em boa parte do território nacional.

Entre os folcloristas podemos subdividi-los em clássicos (NEVES, 1978; 2008; 2011; CASTRO, 1977) e contemporâneos. Ainda não fizemos uma pesquisa mais detida dos folcloristas clássicos, mas quanto aos contemporâneos podemos falar de HAUTEQUESTT FILHO. Este autor tem atuado como gestor cultural nos municípios de Muqui e Cachoeiro de Itapemirim desde o final dos anos 1990. Neste período publicou e participou da maior parte dos estudos sobre manifestações culturais tradicionais da região, fazendo o Inventário do Patrimônio Cultural Sítio Histórico de Muqui-ES (HAUTEQUESTT FILHO, 1999), e outras obras sobre bens culturais e seus respectivos mestres em Cachoeiro do

¹ A bibliografia aqui citada foi retirada da Ficha Anexo I BIBLIOGRAFIA..





Itapemirim (HAUTEQUESTT FILHO, 2012a; 2012b). Seus trabalhos incluem rico acervo fotográfico além de informações iniciais atualizadas sobre as características das formas de expressão e dos mestres.

Os trabalhos de HAUTEQUESTT FILHO podem também ser enquadrados no conjunto da bibliografia institucional (ou “oficial”) sobre os bens culturais do Estado do Espírito Santo (BRASIL.lphan, 2010; CAPAI, 2009; ESPÍRITO SANTO, 2005; HAUTEQUESTT FILHO, 2005; ESPÍRITO SANTO, 2009), onde ao interesse histórico cultural estrito senso soma-se o objetivo de promoção turística, seja do estado como um todo, seja de suas regiões e municípios. Dentro desta bibliografia institucional destacam-se os inventários de oferta de turismo, editados pelo SEBRAE (HAUTEQUESTT FILHO, 2005), um para Muqui e outro para Mimoso do Sul, onde se encontra uma panorâmica dos que foram considerados os mais importantes bens materiais (edificações) e imateriais (celebrações, formas de expressão, etc.) em cada um dos municípios.

Outro tipo de bibliografia foram trabalhos de análise do desenvolvimento urbano, econômico e social do Estado do Espírito Santo (BUFFON, 1992), que forneceram modelos de análise onde pudemos situar Muqui e Mimoso do Sul no contexto do processo de desenvolvimento sócio-econômico e urbano característico deste estado da federação. Esse tipo de trabalho ajudou na interpretação dos dados pesquisados nos banco de dados do IBGE e do INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Segundo BUFFON (1992), até meados dos anos 1960 predominou no Estado do Espírito Santo um tipo de urbanização fraca e dispersa, “ou seja, um tipo de urbanização produzido por um padrão de desenvolvimento da cafeicultura que, por estar organizado à base da pequena produção familiar quase auto-suficiente, não logrou organizar-se sob a forma de um complexo econômico, em decorrência do que foi restringido o avanço da divisão social do trabalho e não se desenvolveram, conseqüentemente, os mercados de trabalho e de produtos”.

Por fim, podemos falar da bibliografia teórico-metodológica consultada sobre patrimônio cultural, apresentada no item do relatório que aborda este tema.





4. A VIAGEM PARA SANTO ANTONIO DE MUQUI (27, 28 E 29 DE ABRIL)

No dia 27 de abril saímos da Cidade de Vitória com destino ao município de Mimoso do Sul e Muqui para realizar mais uma etapa de trabalho de campo, a terceira desde o início do inventário.

O objetivo de viajar nesta data específica era assistir à VI edição da Festa Folclórica em Santo Antônio de Muqui, Município de Mimoso do Sul, que este ano teve como tema “A Cultura e as Tradições de um Povo é o seu Maior Patrimônio”. O Sr. Gessé Teixeira Carlos, mestre da Folia de Reis Estrela de Prata e funcionário na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Departamento de Cultura) do município de Mimoso do Sul, havia anteriormente nos convidado para esse evento de forma que pudéssemos, segundo ele, ver num só dia quase todas as expressões da cultura popular que ocorrem nesse município.

Além de especificamente assistir as apresentações dos grupos folclóricos de Mimoso do Sul, entre os objetivos dessa nossa terceira ida a campo estava o de ampliar o conhecimento sobre os bens culturais deste município e do município vizinho, Muqui, procurando contemplar os cinco tipos de bens culturais (edificações, lugares, formas de expressão, celebrações e ofícios e modos de fazer).

Já era a terceira vez que íamos ao campo, mas a primeira vez após a elaboração do primeiro relatório, onde havíamos sistematizado a pesquisa histórica das fontes bibliográficas e iniciado a discussão dos limites do campo de investigação e de observação (o universo a ser inventariado). Tal como prevê o Projeto Básico (IPHAN) do trabalho, a pesquisa documental forneceu-nos informação prévia fundamental para tornar o trabalho de campo mais profícuo.

No caminho, passamos antes em Cachoeiro de Itapemirim, para que pudéssemos ter uma breve noção, sobre o ponto de vista arquitetônico e cultural, da importância desta cidade no contexto da região. Chamaram-nos a atenção, nessa cidade, alguns prédios que, a partir das restaurações, conservam a arquitetura do tempo auge do Café: o Teatro Municipal Rubem Braga, o Palácio Bernardino Monteiro e a Estação Ferroviária, além da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, conhecida como Matriz Velha, de





1882, sendo esse dois últimos tombados pelo Conselho Estadual de Cultura.

Continuando viagem, passamos por Muqui, e chegamos na sede urbana de Mimoso do Sul, onde procuramos pelo o Sr. Carlos Antônio Rochedo para que nos acompanhasse até o distrito de Dona América onde tínhamos um duplo objetivo: ir até as ruínas do Porto de Limeira e também conhecer o projeto de resgate da cultura afro-brasileira que, segundo Carlos, estaria sendo desenvolvido naquele distrito (onde já teria existido grupo de Jongo/Caxambu). Em relação às ruínas de Limeira, pensávamos em registrá-las com fotos, avaliando a possibilidade de vir a enquadrá-las como bem cultural na categoria de edificações em ruína. Embora tivéssemos marcado com antecedência o encontro, o Sr. Carlos não pode nos acompanhar, mas nos deu como contato o Sr. Carlos Fernando da Silva Nery. Veríamos depois, que tal troca inviabilizava nossa expedição às ruínas, já que o substituto do nosso guia original não sabia ir até esse local.

Dona América dista 13 km da sede urbana do município. Para ir até lá, partindo dali, segue-se em direção a São Pedro do Itabapoana, pela estrada conhecida como Estrada da União – referência à fazenda de mesmo nome para onde a estrada conduz –, uma estrada de terra com muitos desníveis, estreita e sem sinalização exigindo bastante atenção dos motoristas. Afastando-se do perímetro da cidade de Mimoso, modifica-se a topografia, e percorre-se grande distância sem elevações (vide mapa topográfico na ficha !0 Sítio). Por meio do rio Itabapoana, o distrito faz divisa com o Rio de Janeiro na altura da Cachoeira das Garças, nas corredeiras de Limeira.

Cabe ressaltar que, embora o Distrito de Dona América tenha uma grande extensão, a Sede é constituída de pouquíssimas casas, ainda que, num local à parte destas, tenham sido recentemente construídas novas, para famílias recém imigradas. Compõem a pequena vila uma edificação que um dia já foi um armazém de café, o prédio da Estação, a casa do agente ferroviário, o cartório e algumas poucas casas que ainda resistem, pois várias já desabaram por falta de conservação. Bem próximo a esse conjunto de edificações está a sede da Fazenda São Domingos.

Ao chegarmos ao distrito procuramos pelo Sr. Carlos Fernando, que inicialmente nos atendeu





com um certo distanciamento, o que se modificou a medida que fomos explicando o objetivo da visita. Após algum tempo de conversa, do lado de fora da casa onde fomos recebidos, ele nos falou que a comunidade a qual procurávamos para conversar sobre o Jongo/Caxambu localizava-se num sítio agrário chamado de Otero, distante da sede do distrito, e que lá no passado tocavam Caxambu e brincavam de Boi Pintadinho. Como tínhamos interesse em conhecer o lugar, como um todo, a fim de encontrar bens culturais, passamos a conversar sobre as lembranças que ele tinha de quando a localidade era mais próspera. Essa estratégia possibilitou que o diálogo se estendesse e o distanciamento se encurtasse, ao ponto de nos convidar para entrar em sua casa apresentando sua mãe e sobrinho, que se integraram à conversa.

Carlos Fernando contou a história de como a antiga dona da fazenda, a Sr.^a América Cezarine de Azevedo Lima, cedeu as terras para a passagem da linha férrea. Contou também que ela distribuía refeições diárias aos operários que construíam a estação, o que lhe rendeu a homenagem de ter a estação o seu nome – “Estação Dona América”.

A Sr.^a Laudelina da Silva Nery (Dona Zica), mãe de Carlos, lembrou do tempo que a vila era muito movimentada por causa do comércio que a estação fomentava. Segundo ela, hoje as pessoas estão abandonando o lugar, pois não há perspectiva econômica. Assim como ocorreu com Porto de Limeira, num passado mais remoto, abandonado após a inauguração da ferrovia, também, com a abertura da Rodovia BR-101 Sul, a estação férrea de Dona América deixou de ser utilizada (os poucos vagões cargueiros que passam na estrada de ferro, não param mais na estação).

Um pouco além da estação, edificada no alto de uma elevação a poucos metros do centro da vila, próxima da sua entrada principal, está a Capela de São Domingos, com características arquitetônicas germânicas, e inaugurada em 04 de agosto de 1926. Ela é lugar de referência e de encontros para o distrito

O Sr. Carlos mostrou-nos algumas fotos antigas de casamentos de filhos de fazendeiros e de comerciantes da região, celebrados na Capela de São Domingos. Antes de finalizar a visita fomos conhecer o casarão sede da Fazenda São Domingos. Embora neste dia estivesse fechado, ele integra a “rota dos Vales e do Café” como local de visitação turística. Também visitamos a Capela de São





Domingos de onde se tem uma vista geral da Vila.



Foto 05: Placa de chegada ao Distrito de Dona América. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 06: Vista do Prédio da antiga Estação Ferroviária e da Capela de São Domingos. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 07: Vista do Centro da Vila de Dona América. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 08: Capela de São Domingos – Distrito de Dona América. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013





Foto 09: Outra vista do centro da Vila de Dona América. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 10: Sr. Carlos Fernando morador da Vila de Dona América. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013

Deixando Dona América, fomos para o distrito de Santo Antônio de Muqui, passando antes pela sede de Mimoso do Sul. A partir daí, seguindo em direção à São Pedro do Itabapona, a uns oito quilômetros, chega-se a uma bifurcação onde à esquerda entra-se para São Pedro e à direita para Santo Antônio de Muqui, num percurso de 12 km ao todo. Esse trajeto é quase todo asfaltado, porém a estrada é sinuosa, estreita, sem acostamento e com algumas elevações, exigindo muita atenção de quem por ela trafega.





Fig. 01: Mapa identificando os Distritos de Mimoso do Sul e as estradas inter-distritais.



Fonte: INSTITUTO JONES DOS NEVES/Base de Dados em mapas. Disponível em:
<http://www.ijns.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&itemid=109>





Em Sto Antonio de Muqui , nosso objetivo principal era observar e registrar a festa folclórica, programada para iniciar aquela noite mesmo (27/04), além de fazer contatos e conversar com organizadores, políticos locais e participantes. A festa teve início com a “Missa Sertaneja”, seguida das apresentações dos grupos “folclóricos”, sendo o primeiro o Auto das Pastorinhas, de tradição católica popular brasileira, com cenário, figurinos, canções e coreografia em que vários personagens representam o nascimento de Jesus Cristo. Os participantes são principalmente crianças e jovens, e sua apresentação original ocorre no Natal.



Foto 11: Cenas do Auto das Pastorinhas – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 12: Cenas do Auto das Pastorinhas – Festa Folclórica de Sto. Antonio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013

Logo após apresentou-se a Folia de Reis Estrela de Prata do mestre Gessé, composta por 12 integrantes cantando e tocando músicas relacionadas às profecias sobre o nascimento de Jesus. A época mais típica de ocorrência dessa manifestação é o período de Reis, compreendido entre 24 de dezembro, véspera de natal e 06 de janeiro, dia de Reis, quando os foliões deslocam-se de casa em casa na zona rural ou nos bairros das cidades solicitando, na entrada das casas, permissão para o ingresso e realização da performance no seu interior. Podem haver também apresentações em outro dia do ano que não seja no período de Reis, com exceção do período da Quaresma.





Foto 13: Apresentação da Folia de Reis Estrela de Prata – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 14: Apresentação da Folia de Reis Estrela de Prata – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013

Após a apresentação da folia iniciou-se a apresentação de Quadrilha Junina e, depois, do Boi Pintadinho “Senhor”. Até onde pudemos saber, esse boi é um dos poucos que ainda existe no Município de Mimoso do Sul, contrastando com a grande quantidade deles que se apresentam em Muqui, por ocasião do Carnaval. Além disso, o boi de Sto Antonio de Muqui possui algumas diferenças em relação aos de Muqui.

No caso do boi de Mimoso do Sul, além figura do boi (uma estrutura feita de madeira ou outros materiais mais leves, com cabeça de boi e coberta com tecidos na qual em seu interior um integrante do grupo faz evoluções regido pelo “seu dono”) e dos ritmistas, há vários outros personagens que não vimos em Muqui (com a exceção da Mulinha, também presente lá): o Morcego, o Jaguará, o Jaguaboi, o Pai João, a Mãe Maria, a Vaca Mocha e a Nega Maluca.

Pelo o que pudemos verificar através de um informante, é possível presumir que as histórias envolvendo vários desses personagens que acompanham o boi estão ainda vivas e cheias de significado na mente dos membros da comunidade. Este informante, perguntado sobre quem eram os personagens como Pai João e Mãe Maria – cujos nomes estavam escritos em duas, entre várias outras faixas penduradas nas árvores na praça – respondeu-nos contando uma piada pornográfica relacionada a eles e a um terceiro personagem (Pai Mané ?). Minha primeira interpretação dessa reação do informante, um senhor de meia idade, levemente alcoolizado, usando as roupas mais comuns naquele lugar – botas e chapéu –, foi a de uma resposta um tanto agressiva e jocosa a um estranho visitante intruso no lugar,





dado que eu propositadamente não me apresentara. Depois, durante a noite, após outros depoimentos sobre o mesmo assunto, pude perceber tratar-se da história de três desses personagens que acompanham o boi, ainda que a dele tenha sido uma versão mais explicitamente erotizada.

Interessante complementar que a apresentação do boi foi acompanhada por um sanfoneiro (Zé da Viola) e por um pandeirista, situados no alto do palco e com amplificação sonora.

A Festa Folclórica de Sto Antonio de Muqui reúne num mesmo evento apresentações de diversas manifestações que ocorrem originalmente em outras datas do calendário cultural. Até esse momento da pesquisa temos condições de afirmar isso com certeza para o caso das Pastorinhas e da Folia de Reis. No caso do Boi Pintadinho, que também se apresentou nessa noite, a pesquisa ainda deverá se aprofundar sobre as suas datas mais originais, o mesmo valendo para o caso da Missa Sertaneja.

A Festa Folclórica traz outra mudança em relação ao contexto mais original de apresentação de algumas das manifestações: ela conta com um palco relativamente grande, com no mínimo dois metros de altura, e aparelhagem de amplificação sonora. Neste palco subiram os músicos das respectivas manifestações, sendo que as performances coreográficas eram feitas logo abaixo dele.

Antes da apresentação do boi pelos adultos, pudemos perceber também a participação das crianças na brincadeira, usando várias fantasias, entre elas a da Mulinha. A participação das crianças e dos jovens como atores nas performances no boi, assim como nas Pastorinhas, e brincando na festa como um todo, reforça a presunção na capacidade de reprodução destas manifestações em direção ao futuro. Preocupada em garantir isso, a Associação de Folclore de Sto Antonio de Muqui (ASFOSAM), segundo ressaltou um membro da sua diretoria, organizou um Projeto denominado Celeiro do Folclore, justamente com o objetivo de inserir as crianças nessas manifestações.





Foto 13: As crianças se preparando para brincarem o Boi Pintadinho – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 14: As crianças se preparando para brincarem o Boi Pintadinho – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 15: As crianças se preparando para brincarem o Boi Pintadinho – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 16: As crianças brincando com o Boi Pintadinho – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013

A festa folclórica é realizada pela Associação, cujo presidente é o Sr Francisco Gomes Amado (Chiquinho Amado). Apesar de ter o nome de Sto Antonio de Muqui, e não o de Mimoso do Sul, a festa – e a associação, são consideradas como representativas do município como um todo, considerando que esse distrito possui a maior concentração de manifestações culturais do município. A prefeita Flavia Cysne afirmou-nos que a prefeitura tem a política de incentivar a realizações de festas como essa com o desejo de que elas se tornem tradicionais, objetivando o crescimento econômico desses lugares.





Foto 17: Apresentação de Dança Italiana – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui.



Foto 18: Apresentação de Dança Italiana – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui.



Foto 19: Dança da Quadrilha Junina – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013



Foto 20: Dança da Quadrilha Junina – Festa Folclórica de Sto. Antônio de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013

Por se tratar de uma festa popular tradicional fomos às barraquinhas de comida para ver o que a culinária local tinha para oferecer. Encontramos à venda alguns pratos como Pela Égua, uma sopa de canjiquinha de milho cozida com pedaços de carne de porco, linguiça e bacon; Vaca Atolada, costela de boi cozida com mandioca; Capelete, uma espécie de sopa de macarrão em formato de pastel recheado com frango ou outra carne; creme de palmito, além de doces e salgados convencionais.

A festa terminou com a apresentação no palco de modas de viola com o cantor e compositor Silvio Barbieri, e outros músicos profissionais residentes em Vitória. Silvio Barbieri é professor de música e coordenador do Projeto Núcleo da Sanfona e Viola em São Pedro de Itabapoana. Após a





apresentação, muito bonita por sinal, fomos conversar com ele e marcamos um encontro para o dia seguinte na hora do almoço, na Pousada da Geralda, em São Pedro do Itabapoana.

No domingo, dia vinte e oito de abril, fomos à São Pedro do Itabapoana, distante 22km da sede urbana de Mimoso do Sul, a 600m de altitude. A estrada é a mesma para Santo Antônio de Muqui, porém chegando à bifurcação entramos para esquerda, passando pelas fazendas dos Lençóis, da Barra e Catuné. São Pedro do Itabapoana é um Sítio Histórico tombado pelo Conselho de Estado da Cultura.

Em São Pedro encontramos o Professor de Música Silvio Barbieri na Pousada de Dona Geralda, onde almoçamos uma comida muito saborosa. O estabelecimento integra a Rota dos Vales e do Café e também o projeto turístico Cama e Café. Segundo Barbieri, o projeto do Núcleo da Sanfona e Viola surgiu a partir de oficinas que, em 2005, faziam parte do Festival da Sanfona e Viola. No primeiro momento, o objetivo das oficinas era organizar uma orquestra com esses instrumentos, uma mirim e outra de adultos. Hoje o objetivo está centrado na profissionalização dos alunos e alguns já estão trabalhando como músicos, montando suas próprias bandas. Na opinião do professor, a música é importante elemento que movimenta as atividades econômicas no local, o Festival sendo o momento de maior geração de renda no ano, nessa comunidade.

Ainda na Pousada, aproveitamos para saber da Sr.^a Geralda Ambrosio de Oliveira (Dona Geralda) quais eram os pratos típicos da culinária desse distrito. Dona Geralda é uma afro-brasileira nascida em Barro Branco, Município de Apiacá-ES, mas que mora na comunidade há cinquenta anos. Segundo ela, além da galinha caipira ao molho pardo com polenta, outra iguaria gastronômica apreciada é o “San Jaleco” – galinha caipira frita misturada ao mingau de fubá na mesma panela – que os italianos lhe ensinaram a fazer. Contudo há controvérsia na forma de preparo desse prato: a Sr.^a Glícia Maria Aguiar Guedes Giesen afirmou-nos que não se mistura a galinha com o mingau na mesma panela, sendo estes preparados separadamente e servidos juntos. Além disso, segundo ela, o prato seria tipicamente português, e não italiano.

Chegamos à Sr.^a Glícia procurando por quem pudesse nos dar mais informações sobre a grife “As Divas”, da qual o Sr. Renato Garcia, funcionário da Secretaria de Cultura do município, havia nos falado. Após nos apresentarmos e explicar o motivo da nossa presença, ela nos recebeu em sua casa,





onde produz flores para comercializar, além de confeccionar bordados e crochês. Segundo ela, o Projeto “Moda: As Divas, Uma Historia das Mulheres de Itabapoana” foi desenvolvido durante a sua gestão enquanto secretária de cultura municipal, em parceria com o SEBRAE. O objetivo era promover geração de trabalho e renda buscando preservar a cultura da prática de bordar e costurar, desenvolvida por muitas mulheres do município. A idéia era criar roupas com um novo design, incorporando os saberes tradicionais das mulheres da região. O projeto, enquanto contou com apoio gerencial da Secretaria municipal, teve bom desempenho, mas não teve continuidade quando essa foi encerrada, pois as pessoas não estavam preparadas para manter o projeto sem essa ajuda.

O Saber tradicional de costurar, bordar e tricotar com as mãos toalhas, caminhos de mesa, panos-de-prato, lençóis, etc. com padrões diversos é visível em São Pedro de Itabapona. Muitas são as janelas que amparam um adorno de crochê ou bordado e todas as tardes é possível contemplar as senhoras sentadas, bordando, nas calçadas em frente as suas casas. A Sr.^a Glícia disse que esse costume vem de muito tempo e que quase todas as mulheres dali sabem bordar, seja para vender nos dias de evento como o Festival da Sanfona e Viola ou somente para enfeitar e valorizar ainda mais seus enxovais da casa.

Ainda no final da tarde, em São Pedro de Itabapoana, pudemos apreciar um grupo de senhores reunidos em um quintal de uma casa tocando viola, sanfona e pandeiro bem animadamente. Essa cena serviu para comprovarmos, embora muito rapidamente, a tradição de se tocar e apreciar música gerada por esses instrumentos nessa comunidade.





Foto 21: Bordados – São Pedro do Itabapoana. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 22: Cortinas em Crochê – São Pedro do Itabapoana. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 23: Cortinas em Crochê – São Pedro do Itabapoana. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 24: Tarde de Domingo – São Pedro do Itabapoana. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.

No dia 29, segunda-feira, fizemos trabalho de campo no Município de Muqui, dando continuidade às investigações para identificar os demais bens imateriais além da Folia de Reis e do Boi Pintadinho já identificados nas primeiras visitas.



Fig. 02: Mapa dos limites do município de Muqui.



Fonte: INSTITUTO JONES DOS NEVES/Base de Dados em mapas. Disponível em:
<http://www.ijns.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&itemid=109>





Nos dirigimos à Secretaria de Municipal Turismo, Cultura, Esporte e Lazer que está abrigada no Palacete Bigli , uma edificação situada em posição central na cidade, bem em frente à Igreja Matriz e citada com destaque em todas as publicações (livros, inventários, folders, blogs, sites etc) sobre o sítio histórico e arquitetônico de Muqui. O palacete é um dos monumentos históricos que mantém viva a memória dos tempos idos do café nessa região. Ele foi sede do Automóvel Club de Muquy, que ocupava o segundo piso da edificação, sendo um clube em que se reunia a elite econômica local. Atualmente, além de sede, a Secretaria usa o Palacete Bigli como espaço de exposições de folclore e artes plásticas, saraus e várias outras manifestações ligadas ao turismo e a cultura.

Na Secretaria de Cultura, mais uma vez fomos recebido com muita simpatia pelo Sr. Pedro Mateine, atual gestor desse pasta. O Sr. Pedro Mateine demonstra grande interesse e consideração pelo inventário do patrimônio cultural do município que estamos realizando, assim como pelo tema do patrimônio cultural em geral no município e no estado do Espírito Santo. Falou-nos com empolgação sobre os bens culturais de Muqui e sobre a identidade ítalo-samarinense no município e região, destacando dois pratos que seriam relacionados a essa identidade: a “Piadina Assada” ou “Biju Frito”, uma massa de trigo, ovos e polenta que se come com carne, além da “Porqueta”, porco desossado, recheado, enrolado e assado no forno. Falou dos projetos da Secretaria, como a reedição do Festival Muqui de Portas Abertas, que recebe visitantes em algumas residências do Sítio Histórico para ouvirem músicas tocadas em pianos e tomarem chá. Outro projeto de divulgação e apresentação do patrimônio histórico é desenvolvido com alunos das escolas de outros municípios, sendo agendadas visitas ao Sítio Histórico onde os alunos visitam vários locais que compõem o acervo turístico. Um desses locais é a casa de Dona Marta Rodrigues que mantém, tanto a arquitetura como a mobília, muito próximas da forma original, permitindo que os alunos tenham idéia de como eram os móveis e decorações internas e externa, consideradas verdadeiras obras artísticas.





Foto 25: Decoração do interior da casa de Dona Marta Rodrigues – Sítio Histórico de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 26: Mobília da casa de Dona Marta Rodrigues – Sítio Histórico de Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.

Saindo da Secretaria fomos à Escola de Música Municipal Manoel Vicente de Castro. Esta fica na parte de cima do Teatro Municipal. A Escola foi criada em 20/10/1948 por iniciativa da Sr^a Maria Felizarda, conhecida como Dona Neném Paiva. Na década de 1980, ela foi fechada para restauro do prédio, o que demorou mais de vinte anos. Nesse período, os músicos ficaram tocando na Praça Boa Esperança, mas a ausência da sede acabou afetando a continuidade da tradição do ensino. A reforma terminou em 2005/2006 (ou 2010 ?), quando reinauguraram o teatro e a escola.



Foto 27: Alunos da Escola de Musica - Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 28: Alunos da Escola de Musica - Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.

Deixamos o centro de Muqui e fomos ao Bairro Boa Esperança. Este bairro é muito significativo pois nele se encontra o hospital da cidade, as antigas lavanderias públicas, as ruínas do Colégio Muqui, a





Fabrica de Doces Caseiros Berilli e a casa do artesão Sr. Juvenal Assis Alves.



Foto 29: Sr. Juvenal – Artesão em Madeira – Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 30: Peças esculpidas por Sr. Juvenal Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.

Ao chegarmos a casa do Sr. Juvenal, nos apresentamos e explicamos o motivo pelo qual gostaríamos de conversar com ele. Muito simpático, nos convidou a entrar e passou a mostrar suas peças. Juvenal é exímio artesão esculpindo suas peças a partir de pedaços de raízes e galhos (de árvores como a Goiabeira e Erva de Passarinho) encontrados no chão da mata. São trabalhadas no formato de animais selvagens como onças, tatus, macacos, leões, mas também de objetos como correntes e miniaturas de moendas. Segundo o artesão Sr. Juvenal, quando encontra as peças na natureza, elas já tem sugerida a forma animal que irão adquirir com o seu trabalho de escultor. Aos 87 anos já não tem forças nas mãos para continuar a esculpir, mas sua arte esta registrada em várias bibliografias como o Catalogo do Artesão Capixaba 2012 e o livro Em Nome do Autor: artistas Artesãos Brasileiros . Sr. Juvenal também publicou um livro de poesias com o título “A vida e a Realidade em Forma de Poesia” .

Também visitamos a Fábrica de Doce Caseiro Berilli, pois a intenção era averiguar se, por serem esses doces uma tradição local, o modo de prepará-los se enquadraria nos requisitos para a





classificação dos Conhecimentos e Modo de Fazer enraizados no cotidiano das comunidades, que podem ser inventariados e registrados no Livro dos Saberes. A fábrica é de pequeno porte com alguns maquinários desenvolvidos pelos próprios donos e produz, além de doces, licores que são comercializados na região. Após a visita não nos convencemos que haja na fábrica uma peculiaridade de uma prática artesanal que pudéssemos considerar como algo merecedor de registro como patrimônio cultural. Entretanto, a reprodução desse saber junto aos netos do Sr. Berilli, aponta para a reprodução de uma identidade familiar e de descendente de italianos.



Foto 31: Fabrica de Doce Caseiro Berilli – Muqui.
Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 32: Fabrica de Doce Caseiro Berilli – Muqui.
Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.

A última visita que fizemos foi às ruínas do Colégio Muqui. Escola de importante memória em várias gerações de muquienses, desde a sua inauguração em 1933. Primeiramente escola pública, depois pertencente ao Sr Dirceu Cardoso, político influente local e também seu diretor mais famoso. A memória sobre a escola fala de seus professores e do excelente nível da educação ali oferecida. As edificações de grande porte do Colégio foram demolidas na década de 1970, mas há uma maquete em exposição na Prefeitura do município. Ex-alunos do colégio mantem-se celebrando anualmente a sua memória, inclusive com a organização do Museu Virtual Dirceu Cardoso hospedado no site da Câmara Municipal de Muqui - http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp. Metade dos integrantes da associação de ex-alunos é de ex-músicos da Fanfarra Avides Fraga, também vinculada ao Colégio de Muqui, e ainda atuante.





Foto 33: Ruínas do Colégio Muqui – Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.



Foto 34: Ruínas do Colégio – Muqui. Foto de Luiz Henrique Rodrigues. Abril de 2013.

Nessa visita de campo, continuávamos preocupados em descobrir e identificar o máximo possível de bens culturais existentes nas comunidades.

Em Mimoso do Sul foi inevitável fazer uma comparação entre os distritos de Sto Antonio de Muqui e São Pedro do Itabapoana, no que se refere ao tema do patrimônio cultural. Em Santo Antonio não há bens edificados tombados e os diversos bens culturais como as festas (Carnaval, do Folclore, Sto Antonio de Pádua, Natal, etc.) e as formas de expressão (Boi Pintadinho, Pastorinhas, Dança Italiana, comidas, etc) são vividos de forma plena pela comunidade, contando com uma associação muito bem organizada. Nas festas é a comunidade que se faz presente, com grande participação das crianças, além de visitantes dos distritos e municípios próximos. Já em São Pedro do Itabapoana, apesar de haver um belo sítio arquitetônico, não tivemos a oportunidade de observar uma vida comunitária tão forte quanto no distrito vizinho. Pelo contrário, em todas as três vezes em que lá estivemos vimos muito poucas pessoas andando nas ruas, dando a sensação de uma cidade muito pouco habitada por locais. Sabe-se (por informações que deverão ser aprofundadas) que uma parte dos proprietários de imóveis é de pessoas que residem e trabalham ou na sede do município ou mesmo na capital do estado. Entretanto muito pouco sabemos ainda sobre o Festival de Sanfona e Viola, particularmente do envolvimento da comunidade com o evento. Em relação ao Núcleo da Sanfona e Viola, soubemos por Balbino (um dos formuladores da proposta do Festival, antiquário e morador) que os professores estão sem receber há três meses, e que há intenção da Secretaria de Cultura do estado de concentrar o ensino desses





instrumentos na nova escola de sanfona e viola que está sendo montada na sede do município de Mimoso do Sul. Esta escola nova é dirigida especificamente para o público de componentes das Folias.

As conversas que mantivemos com as pessoas ligadas a cultura do município, nos levam a pensar que nos demais distritos quase não há manifestações significativas, reduzindo-as às festas dos Santos das igrejas locais. Na sede municipal só conseguimos registrar a Folia de Reis Estrela de Prata do Mestre Gesse. Não podemos afirmar que não haja outras, mas não conseguimos nenhuma outra informação que pudéssemos investigar.

Percebemos que há por parte do poder público a preocupação de apoiar e criar eventos populares associados às manifestações “folclóricas”, na tentativa de fomentar o crescimento de renda para as comunidades. Indiretamente, mesmo não sendo uma política de município, mas sim de governo, essas ações ajudam na preservação do patrimônio.

Em Muqui, os gestores públicos estão mais envolvidos com as ações de preservação dos bens patrimoniais, embora as preocupações se concentrem nas Folias de Reis e no Carnaval Folclórico, que fazem parte do acervo cultural junto ao Sítio Histórico. É possível pensar que o processo de tombamento, pelo qual a cidade passou, desenvolveu um amadurecimento ou avanço nas formas de implementar ações voltadas à divulgação e exploração do seu potencial turístico do qual as expressões culturais fazem parte.





5. DELIMITANDO O UNIVERSO DA PESQUISA

No Projeto Básico do INRC da Região do Café do Sul do ES (Muqui e Mimoso do Sul) as referencias culturais que organizam e delimitam o universo a ser inventariado são primeiramente dadas por dois bens culturais da categoria das edificações (ou, no caso, conjunto de edificações) que são o “sítio histórico” do casario tombado na sede urbana de Muqui (“o maior sítio histórico tombado do Espírito Santo”) e, em Mimoso do Sul, o “sítio histórico” também tombado de São Pedro D’Alcântara do Itabapoana. O texto também lembra a existência de outras edificações com valor referencial: as “várias fazendas, com suas construções que datam da época do império, oferecem um acervo arquitetônico, peças e utensílios que retratam os tempos áureos na região” ((IPHAN, 2012, 23).

Associados a esses dois ou três bens culturais o Projeto vincula outros dois, ou três, que seriam o Carnaval Folclórico do Boi Pintadinho e o Encontro Nacional de Folias de Reis, ambos também referencias culturais para a região de Muqui e Mimoso do Sul, sendo o Encontro um “evento considerado, pela Comissão Nacional de Folclore, o mais antigo encontro de folias do Brasil” (IPHAN, 2012, 23).

Considerando a conceituação de ARANTES (2000), sobre o que seria uma região ou sistema cultural – uma sociedade específica com suas referencias culturais –, podemos dizer que a associação dessas quatro fortes referencias culturais entre si justificam estabelecer os municípios de Muqui e de Mimoso do Sul como uma região cultural, objeto e limite do inventário que estamos realizando neste trabalho.

Nosso trabalho nessa primeira parte da pesquisa é mostrar de que formas se relacionam essas quatro referencias culturais entre si, e com os outros bens culturais significativos existentes nesse universo cultural, assim como sua relação com os demais processos sociais, políticos, econômicos que fazem parte dessa sociedade. Todos os quatro ou cinco referenciais acima apontados, e a sua combinação nesse espaço, dão identidade cultural à região delimitada. A seguir, nesse relatório, veremos, de acordo com o que nossa pesquisa apurou até o momento, algumas características dessa identidade cultural, e com quais outras se relaciona. Deixamos para a Ficha 10 Sítio, no item 3 - Referencias Culturais, uma apresentação dos bens culturais inventariados, assim como uma visão de conjunto para eles, mostrando





algumas relações que tem entre si.

6. PROBLEMATIZANDO A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DO CAFÉ

Na pesquisa documental (e também em algumas conversas e entrevistas no trabalho de campo anteriormente realizado), pudemos perceber que a memória oficial dos municípios de Muqui e Mimoso do Sul, tanto nas versões municipais quanto na estadual (Secretaria de Estado da Cultura), colocam como ponto de partida da narrativa histórica o ciclo do café e a instalação das ferrovias na região. Essa visão, que institucionaliza a região onde se localizam esses municípios como “Região dos Vales e do Café”, foi adotada inclusive pelo IPHAN na caracterização inicial do universo a ser inventariado, feita no Projeto Básico (Termo de Referência do edital) deste trabalho.

Nossa atitude na pesquisa diante dessa memória e identidade acionadas pelas instituições culturais e turísticas dos municípios de Muqui e Mimoso do Sul e pelo Estado do Espírito Santo, foi a de problematizá-la. Essa problematização não vem no sentido de desqualificá-la – muito longe disso –, mas, seguindo nossa linha metodológica, no de acrescentar outras identidades relacionadas às diferenciações e distâncias culturais e vinculadas à diversidade de segmentos sociais existente nesse possível sistema cultural. Nossa observação em campo, assim como a leitura da documentação mostraram, por exemplo, a necessidade de se considerar o tema da etnicidade, numa região historicamente marcada pelo povoamento de descendentes de imigrantes europeus e por afrodescendentes. Nessa direção, caberia perguntar se a identidade em torno do Café é uma identidade geral de toda a população nos municípios, ou se ela estaria mais relacionada à identidade das elites cafeicultoras e aos descendentes de italianos e ítalo-samarinenses, mas não, por exemplo, aos descendentes de escravos.

Outra fonte de problematização da caracterização oficial da região veio da pesquisa histórica que realizamos. Por um lado, é verdade, as pesquisas históricas indicam que os municípios de Muqui e Mimoso do Sul se formaram e se consolidaram dentro do processo de povoamento que acompanhou o desenvolvimento do ciclo do café nessa região do estado. Entretanto, algumas dicas do historiador Renato Aleixo, de Mimoso do Sul, e informações de outros historiadores do estado, sobre as origens coloniais de São Pedro do Itabapoana, falam também de um tempo anterior ao da implantação do café,





tempo dos engenhos de cana-de-açúcar, de jesuítas, missões e aldeamentos indígenas.

Essas informações nos ajudaram a ver a importância de explorar também os períodos históricos anteriores ao Café de modo a desenhar de forma mais completa o contexto histórico dos bens culturais existentes nos dois municípios. A pesquisa feita sobre o período colonial – no Sudeste brasileiro e no Sul do Espírito Santo – pretendeu fornecer o contexto histórico geral em que, por exemplo, a folia de reis e o boi pintadinho provavelmente se constituíram.

Neste ponto cabe uma observação teórico metodológica. A maior parte da bibliografia acadêmica mais atualizada que encontramos sobre uma dessas manifestações – por exemplo, a folia – é de textos feitos por antropólogos que privilegiam uma abordagem sincrônica, buscando evitar uma abordagem “histórico-difusionista” (BITTER, 2008; CHAVES, 2009; BONADIMAN, 2010), característica, segundo os antropólogos, das abordagens dos folcloristas. De acordo com os autores citados, o problema da abordagem folclorista estaria no fato de considerar as atuais manifestações da folia como uma espécie de fósseis vivos, ou seja, de considerar que “a autenticidade das folias de reis estaria sempre nas folias do passado, sobretudo em suas reminiscências ibéricas, e que , portanto, seria necessário resgatar suas raízes” (BONADIMAN, 2010, 03).

Do ponto de vista da pesquisa deste inventário, incorporamos a crítica metodológica antropológica na sua abordagem sincrônica dos bens patrimoniais, na medida em que procuramos interpretar e analisar as formas simbólicas que existem no presente, sua relação com os sistemas sociais em que estão presentemente inseridas, assim como os processos de mudança que advém dessa sua historicidade. Sendo assim, estamos distantes em termos teórico metodológicos das abordagens folcloristas. Por outro lado, acreditamos que um estudo sobre patrimônio cultural é interdisciplinar (ARANTES, 2000) implicando também pesquisa histórica. Sendo assim, ainda que não tenhamos historiadores propriamente falando na nossa equipe, estamos buscando entender as relações entre os bens culturais e os processos sociais mais amplos onde estão inseridos, isto no presente, mas também no passado histórico mais remoto.

Procuramos assim, no relato histórico caracterizar o Espírito Santo colonial, particularmente na sua região Sul, descrevendo a catequese jesuíta, sua relação com os indígenas, destacando também a importância que a economia pastoril teve na região, além da cultura da cana-de-açúcar, conformando a





sociedade e culturas coloniais.

Nas pesquisas feitas até esse momento, pudemos perceber, por exemplo, que no passado colonial a planície do Vale do Itabapoana foi ocupada tanto por negros, como por portugueses e indígenas. Nessa geografia destacou-se um lugar chamado Porto de Limeira, atualmente localizado no Município de Mimoso do Sul, distrito de Dona América, onde existem algumas ruínas. A partir desta informação, planejamos ir a esse distrito, localizado no extremo sul do município, e registrar tais ruínas.

A importância histórica da economia pastoril, criação de gado vacuum, também foi constatada na nossa pesquisa, especificamente na caracterização do Norte Fluminense e do Vale do Itabapoana. Nessa região há muitas evidências atuais da existência de uma cultura do boi, o que provavelmente ajuda a explicar a importância que a forma de expressão do boi pintadinho tem em Mimoso do Sul e Muqui. Acreditamos que ao aprofundarmos a pesquisa em torno do boi, poderemos entender melhor quais são os sentidos e identidades por ele acionados. Pode-se adiantar que, no caso de Muqui, há claramente uma apropriação das classes populares e negras desta manifestação tal como ela ocorre atualmente: no carnaval. Uma das evidências disso está na incidência estatística dos segmentos populares nessa manifestação, no número de grupos de bois a ela relacionados e na importação que fazem de padrões de referência cultural negra, tal como os desfiles de escolas de samba, particularmente representados nas baterias dos bois. Muitos dos tocadores dessas baterias apresentam-se com padrões estéticos inspirados nos jovens negros da cidade do Rio de Janeiro (exemplo: o cabelo pintado de loiro, como os funkeiros).

Pensando na questão metodológica, é importante perceber que a pesquisa histórica trabalha um tanto que paralelamente, e às vezes competindo um pouco com a metodologia antropológica que procura olhar para o passado com os olhos dos atores sociais construtores da identidade. No caso de pesquisa sobre patrimônio cultural, entretanto, prepondera a metodologia antropológica já que, como diz ARANTES (2000) trata-se de um estudo sobre identidade. Sendo assim, de nada nos adianta falar de uma história que não é reconhecida, não estando presente na memória dos atores sociais. Mas, em certos casos, é preciso relativizar as identidades, contrapondo-as a outras, e para isso a pesquisa histórica pode ser útil, desde que não se perca de vista a necessidade de apoiá-la em identidades culturais reais existentes no presente.

Por outro lado, é preciso não esquecer que as informações históricas sobre a região também





confirmam a importância do ciclo do café no povoamento e urbanização da região Sul do Espírito Santo. Deste processo participaram segmentos sociais distintos como as elites cafeicultoras originárias da região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, negros escravizados e colonos imigrantes originários principalmente da Itália e Líbano. A implantação do transporte ferroviário, em decorrência do ciclo econômico, foi outro elemento importante na história da região, onde as estações de trem, instaladas em fazendas, deram origem a maior parte dos povoamentos que depois seriam sede de distritos e dos municípios da região.





7. ANOTAÇÕES INICIAIS SOBRE OS PROBLEMAS DA PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Dada a característica de preponderar, nessa primeira etapa de trabalho, uma observação direta, sem as entrevistas sistemáticas, não é possível discutir nesse momento com maior profundidade as experiências e problemas dos grupos culturais, ou como se dará a perpetuação dessas manifestações. Entretanto, algumas hipóteses começam a surgir...

Há uma grande dificuldade de se manter os grupos de folia de reis ativos por conta dos participantes estarem se escasseando. Ao mesmo tempo em que as famílias ou residências que acolhem a manifestação também diminuirão consideravelmente.

Uma análise superficial encontrou no êxodo rural o fato de várias casas estarem fechadas durante a passagem do cortejo, obrigando algumas folias a se deslocarem de carro entre uma residência e outra. Outra possibilidade está no fato de menos famílias receberem as folias no interior de suas residências, obrigando os participantes a seguir adiante com o cortejo.

Com relação à manifestação do Boi observou-se a insatisfação de alguns participantes quanto a precariedade do auxílio financeiro, por parte dos órgãos municipais, para manutenção dos grupos. A descontinuidade das políticas públicas, dada a importância desigual que diferentes gestões concedem ao Patrimônio Cultural, é apontada, por alguns atores envolvidos nessas políticas, como um grande problema para a preservação destas manifestações.

Às vezes é a própria intervenção do poder público que, alterando consideravelmente as características dos bens, pode comprometer sua vitalidade. Como, por exemplo, na criação do “Corredor de Bois”, para as apresentações do Boi Pintadinho, observou-se que a organização municipal mudou o trajeto realizado pelos grupos, pelas ruas de Muqui, alterando a dinâmica primária da evolução da apresentação e também o circuito (pelas ruas) por onde se apresentavam os participantes.

A sistematização da manifestação, como forma de apresentação para os visitantes, limitou os grupos às exposições com hora, local e dias marcados, talvez perdendo, com isso, noções de territorialidade que estavam pressupostas na evolução pelas ruas da cidade.





De qualquer forma, estas são apenas algumas especulações iniciais que deverão ser aprofundadas na pesquisa, mas que servem para iniciar o debate.



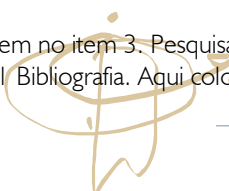
d . e . m . a . c . a . m . p
planejamento, projeto e consultoria s/c ltda



BIBLIOGRAFIA CITADA²

- ARANTES, Antonio. Como ler o INRC. In: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília, IPHAN, 2000.
- CHAVES, Wagner. A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira: práticas de presentificação do santo nas folias de reis e de São José. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2009.
- FRANÇA, Gerson. Heróis que Preservam e Resgatam nossa Memória. In: Blog pessoal de Gerson Moraes França. Disponível em <<http://gerson-franca.blogspot.com.br/2009/12/herois-que-preservam-e-resgatam-nossa.html>>. Acessado em 30/09/2013.
- GONCALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: discursão nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- GONCALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, memória e cultura açoriana. Comunicação feita no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.
- GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio: Civ. Brasileira, 1978.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Projeto Básico INRC da Região do Café do Sul do ES (Muqui e Mimoso do Sul). In: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - ES. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2012. Brasília, 2012.
- LIMA FILHO, Manuel. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau : Nova Letra, 2007.
- LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação. Brasília, IPHAN, 2000.
- MALLINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico ocidental. Rio de Janeiro: Abril, 1976. (Coleção Os Pensadores).
- MAUSS, M. Antropologia. São Paulo: Ática, 1979.

² As referências bibliográficas que aparecem no item 3. Pesquisa Bibliográfica, deste relatório, não foram incluídas aqui, pois já constam na Ficha 10 Anexo 1 Bibliografia. Aqui colocamos apenas as novas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Patrimônio cultural: entenda e preserve. Campinas, Outubro de 2007.



d . e . m . a . c . a . m . p
planejamento, projeto e consultoria s/c ltda